DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXII Nº 4684
14 de Agosto de 2023
Segunda-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF

Trabalhadores continuam pressionando pela abertura das mesas setoriais

Com a situação de reajuste emergencial dos servidores públicos federais de 2023 resolvida, a Condsef/Fenadesef agora volta suas forças para a negociação do reajuste para 2024 e a instalação das mesas setoriais, que terão responsabilidade de tratar das demandas que não tenham impacto financeiro, como denúncias de assédio moral e condições de trabalho.

Segundo o Ministério de Gestão e Inovação, as propostas de reajuste só poderão ser discutidas após a aprovação do novo arcabouço fiscal, por ferir o atual teto de gastos que proíbe o reajuste dos servidores. Entretanto, as outras demandas da categoria seguirão sendo analisadas e negociadas.

Ainda segundo o governo, a aprovação deve ocorrer ainda nesse mês de agosto ou no máximo até começo de setembro, para quando a nova reunião da mesa de negociação permanente já está marcada. Em relação às mesas setoriais, para pelo menos duas o governo já sinalizou com a autorização para instalação imediata; Funai e Agência de Mineração. A Condsef/Fenadsef têm até agora 30 pedidos de criação de mesas setoriais específicas e pressiona para que o governo as instale o mais rápido possível, afinal, após o sucateamento promovido pelos dois últimos governos o setor público precisa ser reestruturado com urgência, pois os trabalhadores na base estão tendo muita dificuldade para desenvolver sua tarefa de atender bem a sociedade. Outro acordo feito, destaca a criação de uma mesa específica para as Universidades e Institutos Federais.

"Estivemos reunidos na Condsef em Brasília para discutir e alinhar os pontos da nossa pauta de negociações com o governo e ajudar a nossa Confederação a pressionar o governo federal pela instalação imediata das mesas setoriais e assim resolvermos pendências antigas e graves para a categoria", explicou João Carlos Martins, presidente do Sindsep/MA.

Até agora já foram solicitadas a abertura das seguintes Mesas Setoriais:

* Ministério do Trabalho e Emprego
* Funai
* Saúde e Previdência
* Datasus
* Civis dos Órgãos Militares
* Incra, Agricultura, Pesca e Aquicultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário
* Ex-Territórios
* Ciência e Tecnologia
* Ministério do Meio Ambiente (Ibama, ICMBio, MMA)
* Anistiados
* Civis do Exército
* Ministério da Fazenda - PECFAZ
* Cultura e vinculadas
* INSS
* INPI
* Dnocs
* Suframa
* Tráfego Aéreo (Dacta)
* INEP
* FNDE
* Hospital das Forças Armadas
* MRE
* Administrativos da Polícia Federal
* Administrativos da Polícia Rodoviária Federal
* Inmetro
* Administrativos da AGU
* Ministério da Educação (MEC)
* Dnit
* Arquivo Nacional
* Ministério da Justiça

SINDSEP Entrevista
ACOMPANHE O PROGRAMA NA TV ALTERNATIVA CANAL 19.1 AOS SÁBADOS 10:30 E REPRISE AOS DOMINGOS TAMBÉM ÀS 10:30 E EM NOSSAS REDES SOCIAIS TODAS AS SEGUNDAS A PARTIR DE 16H
sindsepmaranhao

Presidente da Câmara quer votar fim do funcionalismo público e servidores reagem

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesse segunda-feira (8) que encaminhará para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, a chamada reforma administrativa.

Enviada ao Congresso pelo governo do ex-presidente inelegível Jair Bolsonaro (PL) em 2020, a medida restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado.

Na prática, acaba com os serviços públicos do país, ao liberar as privatizações, terceirizações e contratações de Organizações Sociais (OSs). Mudanças que podem facilitar o alastramento de esquemas de corrupção, prejudicando quem precisa de serviços públicos de qualidade como saúde e educação.

Diante do posicionamento de Lira, que mais uma vez se manifesta sem dialogar com o funcionalismo, a Aliança Nacional das Entidades Sindicais Representativas dos Servidores e Servidoras Públicos, composta pela Federação Nacional dos Servidores Públicos (Fenasepe), Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal (Confetam), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Seguridade Social (CNTSS) e Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), aponta que a mobilização continuará

Em nota, o grupo destaca que Lira mente ao dizer que a reforma só atingirá os novos servidores e aponta que "é um duro golpe aos concursos públicos, abrindo as portas para milhões de contratações temporárias sem estabilidade ou garantias para servidores, escancarando a entrada de apadrinhados políticos nas três esferas"

A Aliança que envolve a representação de trabalhadores nos âmbitos federal, estadual e municipal, ressalta que o Brasil tem apenas 12,45% de sua força de trabalho empregada no serviço público, quase metade dos 23,48% da média dos países da OCDE, menor até mesmo que os Estados Unidos (4).

Com isso, há poucos servidores para atender as demandas por políticas públicas e a diminuição dos quadros, promovida pela PEC 32, aumentaria ainda mais a desigualdade social no Brasil.

As entidades pontuam também que Lira, além de blindar Bolsonaro contra o impeachment, foi também essencial nas votações de toda agenda regressiva contra direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, da reforma trabalhista à da previdência, mas que a mobilização responsável por paralisar a PEC 32, em 2021, seguirá com a mesma força.

As organizações lembram que o governo federal já se posicionou contra a proposta, mas a medida só pode ser retirada de tramitação mediante pedido do Executivo, se o presidente da Câmara se dispuser a colocá-lo a voto no Plenário, devendo o parlamentar aprovar a retirada.

"A luta para enterrar de vez a PEC 32 é uma necessidade para a defesa dos Serviços Públicos, indispensável à recuperação e expansão dos programas sociais e ao desenvolvimento do povo e da nação brasileira. Por isso, chamamos a mais ampla unidade dos servidores públicos em todos os níveis e em diálogo com a população para retomarmos a campanha iniciada em 2021. Dirigimo-nos ao presidente Lula para que reforce sistematicamente a posição de seu governo contra essa Reforma Administrativa de cabo a rabo, sem emendá-la ou "melhorá-la" (como sugerido pelas dissimulações de Lira)", conclui a nota.

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais:* Rafael Costa